

ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE OURINHOS - SP

Rafael Langoni Naves – UNESP/Ourinhos
rafa_langoni@yahoo.com.br

Paulo Fernando Cirino Mourão – UNESP/Ourinhos
paulocirino@ourinhos.unesp.br

1 INTRODUÇÃO

A estrutura agrária brasileira é decorrente da produção em larga escala para o mercado externo, num regime agrário de grandes propriedades rurais. No período colonial, o Brasil era um apêndice econômico da Metrópole, servindo apenas como fonte de divisas para Portugal, geradas inicialmente através da produção de cana-de-açúcar em extensos latifúndios, nas capitânicas hereditárias e nas sesmarias. Assim, desde seu “descobrimento”, o desenvolvimento capitalista no Brasil se expressa no campo através de uma estrutura agrária concentrada.

Desde o início tratava-se de um empreendimento capitalista e como tal, a reprodução do capital trás consigo não só as relações estritamente capitalistas, como o assalariamento, mas contraditoriamente cria e recria relações não-capitalistas de produção para manter a reprodução ampliada do capital, como a posse e o pequeno arrendamento. As relações não-capitalistas de produção devem ser entendidas não somente restritas à produção, mas também à circulação, pois em sua essência, o modo capitalista de produção não produz mercadorias, e sim mais-valia (OLIVEIRA, 1991).

No Brasil, o que observamos é que nem sempre o capital expropria o agricultor familiar de seus meios de produção, sendo o principal deles a terra. Ele (o capital) cria relações não-capitalistas para se reproduzir, como a manutenção e o próprio aumento da agricultura familiar. Nesse sentido, buscaremos nesse trabalho entender como se dão as relações capitalistas no campo no município de Ourinhos, interior do estado de São Paulo. E só podemos entender essas relações se analisarmos o processo de reprodução do capital como algo desigual e combinado, que engendra relações não-capitalistas essenciais para sua reprodução (OLIVEIRA, 1991).

Portanto, não nos preocuparemos neste trabalho em fazer uma discussão das diversas correntes teóricas que discorrem sobre o a agricultura familiar ou até mesmo o campesinato. Entendemos que a agricultura familiar deve ser analisada como algo que se desenvolve dentro do sistema capitalista de produção, e não fora, e que é o próprio processo contraditório e desigual de reprodução do capital que cria relações capitalistas e não-capitalistas de produção, combinadas ou não, processo esse (contraditório) que é intrínseco ao desenvolvimento capitalista.

A primeira parte do trabalho consiste em uma breve caracterização dos elementos básicos que consideramos de grande importância para a caracterização de uma unidade produtiva como familiar. Em seguida, colocamos algumas questões acerca do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo. Finalmente, tentaremos analisar de que maneira as relações engendradas pelo modo capitalista de produção atuam no campo no município de Ourinhos, interior de São Paulo.

2 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Consideramos que o elemento primordial para caracterizar agricultura familiar é a família ser o motor do processo de produção, sendo utilizada segundo seu valor de uso.

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. (SANTOS, 1978, p. 33-34).

A partir daí que se abrem as possibilidades de haver ou não trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria dentro da propriedade familiar. Essas relações de trabalho são uma complementação do trabalho familiar, nunca devendo sobrepor a força da família dentro da unidade de produção. Dentro dessa questão, outra importante característica das relações de trabalho dentro da unidade de produção familiar é o trabalho acessório. Os agricultores familiares usam de trabalho acessório, que é sua transformação, em determinado período de tempo, em assalariado, para suplementar a renda familiar. Ele só o faz sem se submeter a ninguém, sem perder sua condição e identidade camponesa. Outra questão a ser abordada é a forma de socialização do agricultor familiar. Os filhos desde pequenos são educados para ajudar a família nos trabalhos domésticos, contribuindo, assim, para a reprodução da força de trabalho familiar.

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho. (SANTOS, 1978, p. 44-45).

Entretanto, com o crescimento da família, a migração para as cidades é inevitável. A escola em geral contribui para aguçar nos jovens a mentalidade de trabalhar e viver nas cidades. Como ele próprio é um expropriado e só conta com sua força de trabalho, resta a ele proletarizar-se. Dessa forma, o capital cerca de todas as formas possíveis as possibilidades da unidade camponesa em se manter por muito tempo.

Outro elemento importante da unidade produtiva familiar é a propriedade da terra, propriedade privada é verdade, mas diferente da propriedade capitalista, pois é terra de trabalho, e não de exploração. A terra ainda é o meio de produção fundamental para o agricultor.

[...] nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho de sua família e não ganhos de capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (OLIVEIRA, 1991, p. 61 apud MARTINS, 1980, p. 59-60).

Somente quando o capital sujeita o trabalhador, seja pelo financiamento ou pela circulação, que o próprio camponês “parece” não ser mais proprietário da terra, mas sim um assalariado. O capital usa dessa artimanha para que o pequeno produtor se sinta “virtualmente” dono de seu negócio e de sua terra, sendo que a renda da terra já está nas mãos do capital.

Podemos ainda citar a jornada de trabalho como outra característica particular da agricultura familiar, pois ela não é rígida como nas relações capitalistas de produção. Nos tempos ociosos, o trabalhador assalaria-se temporariamente – trabalho acessório –, ao mesmo tempo em que se desenvolvem atividades artesanais no interior da propriedade, para complementar a renda familiar (SANTOS, 1978).

3 O PROCESSO DESIGUAL E CONTRADITÓRIO DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

Um dos fatores que faz com que o capital tenha força suficiente para se reproduzir no campo é o fato de ele próprio engendrar relações não-capitalistas de produção para sua própria reprodução ampliada. Nesse caso, o capital não se apropria da terra, mas da renda da terra, transformando-a em renda capitalizada da terra.

Vemos que a renda capitalizada da terra tem uma ligação cada vez maior com a indústria. Ao mesmo tempo em que o produtor depende da indústria para vender seus produtos, necessita dela para comprar máquinas e insumos para sua propriedade. A indústria subordina formalmente o pequeno agricultor, retirando-lhe a mais-valia, o sobretrabalho, sem entretanto separa-lo de seus meios de produção.

[...] no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do camponês retorna a este sob a forma de dinheiro. Acontece que o valor extraordinário cristalizado no produto do camponês, como conseqüência da maior utilização de força de trabalho – que poderia teoricamente se plasmar em rendimento e renda territorial do próprio camponês – converte-se em um sobretrabalho que será apropriado pelo capital industrial. (SANTOS, 1978, p.110).

O pequeno agricultor se torna duplamente pressionado: de um lado necessita de comprar máquinas e insumos e de outro tem que enfrentar o baixo preço de seus produtos. A alternativa é recorrer aos financiamentos bancários, o que o torna sempre endividado com o banco, e para adquirir novos empréstimos, necessita colocar a terra como garantia. Assim, mantém-se, aparentemente, dono da terra e de sua renda. Porém, os bancos cobram os juros do trabalhador familiar, ou seja, o banco é quem detém a renda da terra, sem ser proprietário dela. Assim, a renda da terra é apropriada ou pelos bancos, através dos empréstimos, ou pela indústria, através dos altos preços das máquinas e insumos e dos baixos preços dos produtos agrícolas, como já citado anteriormente. Ou seja, a agricultura é drenada por duas pontas: no consumo produtivo, com os altos preços dos produtos industrializados (máquinas, insumos) que é praticamente obrigada a comprar, e também na circulação, com preços baixos de seus produtos no mercado. Como geralmente a rentabilidade do capital no campo é baixa, o capital sujeita a produção sob seu domínio, ou seja, a circulação subordina a produção.

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está-se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. (OLIVEIRA, 1986, p.53).

Inicialmente, a renda da terra é subordinada ao capital, para numa etapa posterior, o capital sujeitar o trabalho que se encontra na terra. A terra, então, é transformada em terra de exploração, tendo a expropriação como característica fundamental do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, pois é quando o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde seus instrumentos de trabalho e

passa a vender sua mão-de-obra. Levando-se em conta essa expropriação feita pelo capital, essa prática não fez com que os camponeses desaparecessem, muito pelo contrário, eles aumentaram em número e em área ocupada. Portanto, mesmo com esse processo de expropriação cada vez maior, o camponês tem conseguido se manter camponês, ou mudando de tipo (rendeiro/parceiro/posseiro) ou migrando para outras áreas, mesmo as distantes de onde vivia. Esse processo segue contrário às leis da lógica capitalista, abrindo caminho para que as relações não-capitalistas de produção continuem a existir. O capital nem sempre expropria diretamente o trabalhador rural, mas expropria as “possibilidades” de os filhos dos camponeses se tornarem camponeses, fazendo essa “expropriação de possibilidades” através da proletarização.

Podemos observar, através dos dados do IBGE, que as grandes propriedades possuem uma rentabilidade média baixa, sendo menor que a rentabilidade média dos pequenos estabelecimentos, mostrando que

[...] na essência, o real motivo de uma estrutura fundiária concentrada, a terra funcionando como reserva de valor, ou seja, a terra sendo apropriada para se obter a renda capitalista da terra, ou para subtrair a renda camponesa onde esta produção se desenvolve. (OLIVEIRA, 1991, p.102);

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo reproduz o trabalho assalariado nas grandes propriedades e cria e recria o trabalho familiar nas pequenas propriedades, mostrando seu caráter contraditório e desigual de desenvolvimento. E aqui reside uma contradição. Em sua luta insana para se apropriar de mais terras, aumentam também o número de posseiros, que também lutam em busca de um espaço para se reproduzir, para se manterem na condição de camponeses. E o próprio capital usa das relações não-capitalistas para reproduzir seu capital,

[...] o que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação típica, por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (Oliveira, 1991, p.20).

Assim, ao mesmo tempo em que a expansão do trabalho assalariado no campo ocorre, trás consigo um aumento da agricultura familiar e de posseiros que lutam para permanecerem na terra, e não se sujeitarem aos ditames do capital. Este subordina o agricultor familiar, sem expulsá-lo e sem desapropriá-lo de seus instrumentos de produção. O que há é uma particularidade da agricultura capitalista, que não é a sujeição do trabalho ao capital, mas sim da renda da terra ao capital, tanto pela compra e venda da terra quanto pela subordinação da produção camponesa.

Um fator importante que garante a reprodução ampliada do capital no campo e suas relações citadas anteriormente é a mediação do Estado a favor do capital.

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade deve ser uma unidade na diversidade. O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação. (OLIVEIRA, 1991, p.13).

A mediação e a regulação do Estado tem garantido a reprodução capitalista no Brasil, como por exemplo, a renegociação da dívida agrária, quase que em sua totalidade adquirida por grandes

produtores, que tiveram seus lucros rebaixados em consequência de nossa política econômica e não querem arcar com o prejuízo. Assim, o Estado tem mediado e bancado a dívida da agricultura. O Estado muitas vezes funciona como um representante dos interesses das classes dominantes do país, inclusive com a bancada ruralista no Congresso Nacional.

A burguesia industrial paga preços mínimos aos pequenos produtores, que não tendo a quem vender, obrigam-se a entregar seus produtos a baixos preços. O Estado não atua no sentido de reduzir a desigualdade nas trocas entre o agricultor familiar e a indústria, muito pelo contrário, estabelece preços mínimos, na maioria das vezes abaixo dos custos de produção do pequeno produtor - já que o pequeno produtor não tem amplo acesso à alta tecnologia e, conseqüentemente, ao aumento da produtividade -, de forma a favorecer a indústria na medida em que não estabelece regras nas trocas entre agricultor e burguesia industrial.

[...] na medida em que é o Estado que fixa os preços mínimos do produto desses camponeses, ele se converte em um Estado intervencionista que assume interesses da burguesia industrial, regendo a política econômica para o setor em razão dos interesses e necessidades do capital em efetivar a apropriação do sobretrabalho camponês. (SANTOS, 1978, p.110).

4 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS E NÃO-CAPITALISTAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE OURINHOS - SP

Partimos da idéia de que as relações de produção são relações entre os homens no processo de produção social, portanto, relações sociais. O nível de desenvolvimento dessas relações depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Assim sendo, as relações capitalistas de produção têm como principal característica a separação dos trabalhadores dos meios de produção. Para caracterizarmos uma relação de produção como uma relação especificamente capitalista, temos que ter uma relação social baseada no trabalho assalariado. O desenvolvimento contraditório do capitalismo faz com que esse modo de produção crie relações não-capitalistas de produção, necessárias à reprodução do capital (OLIVEIRA, 1991).

A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. (OLIVEIRA, 1986, p.67).

Em Ourinhos, a usina sucro-alcooleira da cidade aumenta suas terras cada vez mais, em sua busca constante de ampliar a reprodução de seu capital. E isso se faz também por meio da expropriação das possibilidades do pequeno agricultor produzir, usando das mais diversas práticas. Ao mesmo tempo, vemos que há agricultores familiares que conseguem se manter no campo seja diversificando a produção, seja complementando sua renda.

Como mostra Oliveira (1991), o capital nem sempre separa o produtor de seus meios de produção, impedindo a sua reprodução social. Ele pode mantê-los como agricultores, desde que possa apropriar-se da renda da terra. Quando o trabalhador se mantém em sua propriedade, sem contratar trabalhadores e empregando somente sua mão-de-obra e de sua família, sem, entretanto, deixar de

depende do capital, não temos a sujeição formal do trabalho ao capital, e sim a sujeição da renda da terra ao capital.

No município de Ourinhos, podemos verificar que o capital se manifesta criando relações especificamente capitalistas (trabalho assalariado) e relações não-capitalistas de produção (pequeno arrendamento, parceria). A usina de beneficiamento da cana-de-açúcar da cidade cria no campo uma relação de assalariamento com o trabalhador rural, o trabalhador volante, ou “bóia-fria”. Essa usina se utiliza das mais diversas práticas para expandir sua área cultivada de cana sobre os pequenos agricultores que têm suas propriedades próximas às da usina.

Em entrevista com uma produtora e seu marido, eles disseram que arrendavam terras próximas à usina, mas a situação se tornou insustentável devido à produção de uma mosca por parte da usina, que afetava o mandiocal. Essa mosca (*Cotesia flavipes*), que se reproduz em laboratórios da usina, deposita seus ovos na larva que é gerada pela mariposa que provoca a broca-da-cana (*Diatraea saccharalis*), doença que atinge o colmo da cana nos entrenós e constrói galerias por onde penetram doenças que causam a inversão da sacarose e conseqüente diminuição da produção de açúcar e fermentação alcoólica. Essa foi uma maneira encontrada pela usina para economizar os recursos que eram destinados ao combate da doença da broca, já que a *Cotesia flavipes* é um agente natural de combate à *Diatraea saccharalis*. Entretanto, essa mosca que combate a broca-da-cana destrói o mandiocal.

“[...] plantamo dois anos num deu pra plantá mais, porque a usina ela solta um bichinho, pra comer a larva da cana. Só que esse mosquito ele ia na mandioca e botava na mandioca. Então dava uma doença na mandioca que começava em cima e ia até embaixo”. (sic) (Produtora A)¹

Ora, conhecendo os problemas que a *Cotesia flavipes* gera a usina usa intensivamente dessa técnica para reduzir os seus custos, o que acaba prejudicando os produtores de mandioca que acabam tendo reduzidas as suas possibilidades de sobrevivência na terra. Dessa forma, se torna insustentável a reprodução do agricultor familiar próximo às propriedades da usina, não restando outra alternativa senão vender ou arrendar suas terras à usina. E não há como escapar dessa imposição do capital, pois segundo a produtora, “sem chance mexê com eles..., é melhor você vendê sua terra pra eles, fazê um negócio com eles, do que você querê peitiá (competir) com eles, alguma coisa” (sic) (Produtora A). Ou seja, ocorre aqui um processo de territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 1991), onde o capitalista se torna dono da terra. De acordo com ela, não há nenhuma ameaça “formal” por parte da usina, para venderem suas terras. “A ameaça deles é essa. Eles soltam o mosquito, quer dizer, tão protegendo o que é deles. Como diz o ditado o mal acomodado que se mude, né. Cê é pequeno, cê nunca vai lidar com eles” (sic) (Produtora A).

O que acontecia a eles também era que uma fábrica de amido e fécula de mandioca, a Halotek-Fadel, localizada no município de Palmital, reduz sistematicamente os preços da mandioca paga aos produtores, que não encontram outras opções de venda. Como eles não utilizam muita tecnologia para aumentar sua produtividade, além de pagarem pelo uso da terra conseguem preços irrisórios para a mandioca na região, ditados por essa indústria local.

¹ Para preservar a identidade dos produtores, que pediram para não serem identificados no trabalho, vamos identifica-los como produtores A, B e C.

Os pequenos produtores locais usam do arrendamento para sustentar sua família. E como muitos não possuem terra própria, não conseguem financiamento bancário. Ao mesmo tempo, a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) não ajuda os pequenos produtores adequadamente, pois o agronegócio merece maior destaque, inclusive do poder público. Não há também no município uma cooperativa ou sindicato de pequenos agricultores, que possam auxiliar essas pessoas.

“A nossa dificuldade hoje é não tê ajuda nenhuma da CATI e nem de nenhum sindicato que possa ajudar a gente na parte da agricultura. A gente não tem um trator, a gente não tem... se a gente tivesse um trator, financiamento de um trator, pode sê um tratorzim pequeno, a gente já podia trazer nossa mercadoria do sítio pra cá, porque quando chove num tem como nós buscá” (sic) (Produtora A).

Se houvesse a possibilidade de algum financiamento, essa família poderia adquirir um trator próprio, sem ficar despendendo recursos para usar o trator de outrem para trabalhar a terra. Dessa forma, o dinheiro economizado se reverteria na compra de uma terra própria, para que eles possam permanecer na agricultura, dando possibilidades de um futuro melhor para os filhos. “[...] e a gente qué ficá na agricultura pra podê dá estudo pros nossos filhos né, porque não tem outro meio” (sic) (Produtora A).

Quando questionamos se o agronegócio recebe incentivo maior do governo do que a agricultura familiar, ela nos disse que

“Com certeza. Porque se o grande vai lá, ele pode tá penhorado com um punhado de coisa, o nome dele pode tá até sujo, mas ele é grande, ele tem uma caminhonete F1000, ele tem alguma coisa que o banco pode pegá. Aí o banco libera dinheiro pra eles. Não é o nosso caso” (sic) (Produtora A).

Percebemos nas entrevistas que a ação da CATI privilegia os grandes produtores. “A CATI só mexe com negócio grande: milho, soja, essas coisa grande que a gente num pode entrá” (sic) (Produtora A). Não há, então, qualquer possibilidade desses pequenos agricultores conseguirem se manter no campo por muito tempo, pois não há assistência nenhuma e muito menos crédito bancário. Esses produtores levantaram a hipótese de plantarem mamona, para a fabricação de biodiesel, mas esbarraram na falta de mercados locais e na falta de assistência e financiamento.

E no município de Ourinhos há uma clara intervenção do Estado, personificado no poder público municipal, que media as relações que se dão no campo em favor dos grandes produtores.

“Quando o Toshio (Prefeito Municipal) tava sem os Quagliatto (família dona da usina de açúcar e de álcool) no meio, ele era um, ele era mais humilde, ele participava de reunião, palestra, ele sempre tava envolvido no meio do povo. Depois que ele passou a mexer com os grandão, ele abandonou os pequeno. Hoje se tem alguma reunião que precisa dele ele manda alguém da prefeitura, mas ele mesmo não aparece, ele nunca vai. A outra vez que ele foi prefeito, ele ajudava a gente” (sic) (Produtora A).

O atual prefeito municipal teve sua candidatura apoiada pela família Quagliatto, dona da maior usina de açúcar e de álcool do município. Em Ourinhos, a produção de cana-de-açúcar chega a 850.000 toneladas/ano, tendo uma área cultivada de aproximadamente 10.000 ha (CENSO AGROPECUÁRIO DE 1995-1996). E a usina detém uma área cultivada maior que essa, porém em outros municípios, não somente em Ourinhos. As precárias condições de trabalho no canavial, os baixos salários, e as conseqüências ambientais da monocultura, inclusive a soltura do mosquito, tornam-se características

do rural de Ourinhos. Enfim, mais uma vez o Estado, em seus vários níveis, atuando no sentido de favorecer os interesses dos grandes produtores rurais.

Dessa forma, os únicos sentimentos que restam ao produtor são o desânimo e uma pequena esperança de melhora. Na condição de não se manter como agricultor, os produtores ouvidos já pensam em outras alternativas para trabalhar.

“Agora o que me resta agora é que, vou trabalha né, vô lutá, tô trabalhando na roça. Se eu não tivé mais pega (condições) pra mim na roça, eu tô fazendo meu último suspiro agora. Sabe o que é o último suspiro? Então eu tô fazendo o último suspiro (última tentativa). Tô plantando o milho, tô plantando a vassoura e vou fazer e vou sair com ela na rua. E quando eu não tiver mercadoria pra poder trabalhar..., eu agora, fiz um curso de encanamento hidráulico, eu e meus dois filho. A gente pegou diploma, tem bastante macete pra fazer na parte hidráulica”. (sic) (Produtor B)².

Em contrapartida, nos deparamos com um caso particular de agricultura familiar em processo de capitalização. Uma outra produtora usa da técnica hidropônica para cultivo de hortaliças. Como não é uma técnica barata, seus produtos têm maior valor agregado, e conquistaram um nicho de mercado no município de Ourinhos, que são pessoas que buscam produtos de melhor qualidade, embora nem sempre uma produção mais cara determina a qualidade do produto. Em nossas considerações, essa produtora estaria se transformando em pequena capitalista.

O camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objetos de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo. (SANTOS, 1978, p.69).

Quando a satisfação imediata do agricultor familiar é realizada e ele passa a acumular capital para expandir suas terras ou contratar mais trabalhadores assalariados, ele se transforma então num pequeno capitalista. Não há mais a circulação simples de mercadorias, ou seja, vender para comprar, e sim uma verdadeira acumulação de capital. Com o avanço tecnológico no campo, o camponês se vê produzindo cada vez mais, além de suas necessidades, portanto, acumulando capital. Quando isso ocorre, o camponês se torna um pequeno capitalista.

Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem novas terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário. Dessa forma, estamos diante de uma relação de trabalho e de produção baseada na exploração do trabalho alheio, diferente daquela baseada na família, numa unidade camponesa, onde a família trabalha, em tese, para si própria. (OLIVEIRA, 1991, p.21).

E é exatamente isso que ocorre com alguns produtores que entrevistamos. Eles contratam permanentemente alguns empregados, pagando-lhes um salário pelo trabalho realizado. Notamos a diferença desses produtores para os anteriores. Esses já possuem terra própria e facilidade de contratarem assistência técnica. Entretanto o que mais diferencia o primeiro grupo do segundo é a facilidade com que os últimos conseguem financiamentos, através do PRONAF.

² Para preservar a identidade dos produtores, que pediram para não serem identificados no trabalho, vamos identifica-los como produtores A, B e C.

A maioria deles também é filiada ao Sindicato Rural de Ourinhos. E entrevista realizada com um desses produtores, quando questionada sobre o que achava do agronegócio influenciando a política econômica brasileira para a agricultura, ela nos disse:

“Olha, eu vou sincera pra você. Eu acho assim, que tá muito defasado, a parte agrícola né, os benefícios pra agricultura, eu acho que são poucos. O nosso país é praticamente um país agrícola. O Brasil é um país agrícola. Eu acho que falta interesse, falta investimento, falta tecnologia” (sic) (Produtora C)³.

Sendo filiada do Sindicato Rural, ela também tem acesso às novas técnicas e tecnologias para o cultivo hidropônico, estando constantemente participando de cursos para aperfeiçoamento técnico. “Acho que os fatores hoje que facilitam são essas inovações que estão no mercado né. [...] você vai buscar recursos né, vai procurar aprender, fazer uma reciclagem. Hoje existe bastante recurso” (sic) (Produtora C).

Pôde-se notar que essa produtora não considera o agronegócio como sendo o culpado pela política agrícola nefasta para a agricultura familiar. Ela não vê diferença entre as dificuldades enfrentadas pelo pequeno e pelo grande produtor. A política para a agricultura como um todo que é prejudicial. Entretanto, podemos observar que não é exatamente isso que ocorre. Há sim uma grande dificuldade dos pequenos produtores, principalmente aqueles que não possuem terra própria, para conseguirem assistência técnica e financiamento.

Essa produtora disse ainda que deveria haver uma política de preço mínimo, para garantir a sustentabilidade da grande produção. Ela citou o exemplo do milho e da soja, pois quando há uma grande safra, os preços são rebaixados. Concluímos que essa produtora não é mais exclusivamente uma agricultora familiar, mas sim uma pequena capitalista, na medida em que a sua produção é destinada exclusivamente para a venda, para dessa maneira, acumular capital e aumentar suas terras e contratar mais trabalhadores assalariados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que este trabalho foi muito produtivo, no sentido de abrir-nos novos caminhos para o estudo da geografia do campo no município de Ourinhos. Nunca é demais ressaltar que a agricultura familiar no Brasil emprega 77% da mão-de-obra no campo e detém 4,2 milhões de propriedades rurais (Medeiros, 2002). Esses números demonstram que, ao contrário do que muitos autores dizem, a agricultura familiar não está em vias de desaparecimento no Brasil. Ao contrário, a luta camponesa resiste aos percalços impostos pelo desenvolvimento capitalista seja mudando seu tipo (rendeiro/parceiro/posseiro), seja migrando para outras regiões, para se manter na condição de camponês.

No Brasil, o desenvolvimento capitalista trás também a reprodução de suas contradições, ou seja, ao mesmo tempo em que o capital cria relações especificamente capitalistas de produção, cria e recria relações não-capitalistas de produção, como o pequeno arrendamento e a parceria.

O município de Ourinhos se encontra nesse particular. Ao passo que a usina sucro-alcooleira da cidade proletariza o pequeno trabalhador rural, abre caminho para o desenvolvimento de relações

³ Para preservar a identidade dos produtores, que pediram para não serem identificados no trabalho, vamos identifica-los como produtores A, B e C.

não-capitalistas, no caso estudado do pequeno arrendamento. Isso deixa claro que o capital, em sua reprodução ampliada, reproduz suas contradições que lhes são intrínsecas. O grande capital também usa de inescrupulosas atividades para manter sua reprodução, como o já citado caso da mosca *Cotesia flavipes*, que ao mesmo tempo em que beneficia o canavial é extremamente danoso ao mandiocal.

Percebemos também que em sua reprodução, o capital encontra no Estado o seu mediador e regulador, na medida em que esse não toma providências diante da crítica situação em que se encontra a agricultura familiar no Brasil. Os órgãos subordinados ao Estado, como a CATI, não dão a assistência técnica necessária aos pequenos produtores, impondo inúmeras barreiras para que possam manter-se na condição de agricultores. Em contrapartida, os produtores que acumulam capital e passam por um processo de transformação em pequenos capitalistas não encontram nenhuma dificuldade para financiar sua produção e também manter a contínua exploração da mais-valia de seus empregados. Muito pelo contrário, vêem na CATI uma instituição que assegura seus interesses, na medida que indica aqueles produtores que estão aptos a receber assistência técnica e financiamento bancário. Através de mecanismo de fixação de preços mínimos abaixo dos custos de produção do pequeno produtor, garante à indústria e aos bancos a extração do sobretrabalho do agricultor para aumentar os lucros dessas instituições.

Estamos longe de chegar a uma conclusão sobre a atual situação da agricultura familiar no município de Ourinhos. O que acreditamos é que o capital não se expande homogeneamente por todo o campo brasileiro. Ele cria trabalhadores assalariados, como representação típica das relações capitalistas, mas contraditoriamente, recria o trabalho familiar como forma de garantir a reprodução ampliada do capital, encontrando no Estado um mediador dessa reprodução. E no município de Ourinhos, vemos a constante luta dos agricultores familiares de se manterem como produtores seja diversificando sua produção com produtos não-agrícolas, como vassouras artesanais, seja arrendando pequenas glebas de terra para se manterem na condição de pequenos agricultores, não se sujeitando, portanto, aos ditames do capital.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2005.

MEDEIROS, Célia Maria Santos Vieira de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90**. 2002, 224f. Tese (Doutorado em geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2002.

RADIOBRÁS. **Agrônomo descobre método mais econômico de controle da broca da cana-de-açúcar**. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/ct/1999/materia_260299_6.htm>. Acesso em: 2 nov. 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.